



LARGOS E PRAÇAS	ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	VALORES IDENTIFICADOS	PROBLEMAS	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO
TERREIRO DE JESUS	<p>1) Breve histórico do espaço: a praça se localiza na área de expansão Norte da cidade planejada de Salvador, já estando delimitada no século XVII, vinculada ao conjunto religioso jesuítico. Também já foi denominada de Praça Conde d'EU e Praça 15 de Novembro. No século XIX, a praça foi arborizada e nela foi instalado um chafariz para abastecimento d'água na década de 1850. Foi ajardinada em 1903, quando foram instalados dois coretos, bancos e gradil em ferro, entre outros melhoramentos. Passou por algumas transformações e perda de parte do seu mobiliário até a década de 1940. Em 1950, foi reformada de acordo com um projeto do paisagista Roberto Burle Marx, que introduziu pavimentação em mosaico de pedra portuguesa, bancos circulares e um canteiro irregular central com plantas coloridas, além do aproveitamento de palmeiras preexistentes. O projeto de Burle Marx foi valorizado e recuperado a partir de uma reforma realizada em 2019.</p> <p>2) Caracterização atual do espaço: praça retangular, plana, com 2.736,20 m² de área e 219,08 m de perímetro. A praça é circundada por edificações religiosas – Igreja e Casa da Ordem Terceira de São Domingos, Catedral Basílica de Salvador e Igreja de São Pedro dos Clérigos e conjunto franciscano –, sobrados ocupados por estabelecimentos comerciais com presença moderada de publicidade nas fachadas. Preserva seu caráter de praça ajardinada e arborizada, com vegetação arbórea em seu contorno (árvores recém-plantadas; canteiro irregular com vegetação herbácea delimitado por banco sem encosto que serve de proteção; e indivíduos adultos de palmeiras), destacando-se o antigo chafariz da Companhia do Queimado como elemento central e histórico. A praça possui pavimentação em pedra portuguesa com padrão gráfico característico em ondas, 4 rampas de acessibilidade, 9 bancos circulares em granito contornado o caule das árvores, 1 banco central sinuoso e irregular, 17 lixeiras, sendo 10 metálicas e 7 plásticas azuis (padrão PMS), 30 postes metálicos cinzas, sendo 22 com lâmpadas de LED e 8 antigos pintados com ornamentação e lâmpadas de LED contornando o chafariz, placas de sinalização, 1 hidrante em ferro, 4 estrados de madeira para utilização de baianas de acarajé. A praça é utilizada por transeuntes, turistas e visitantes locais, capoeiristas, artistas populares (realizando pinturas corporais), vendedores ambulantes e taxistas ao redor da praça, além da presença inadequada de triciclos turísticos (tipo tuk-tuk). Encontra-se em estado geral de conservação bom.</p>	<p>1) Reconhecimento do valor histórico e paisagístico relativo à condição de capital durante a maior parte do período colonial.</p> <p>2) Reconhecimento do significado histórico do traçado viário da cidade.</p> <p>3) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial, bem como as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX.</p> <p>4) Reconhecimento de edificações de valor histórico e artístico (Convento e Igreja de São Francisco, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Igreja e Casa da Ordem Terceira de São Domingos, Catedral Basílica de Salvador e Igreja de São Pedro dos Clérigos).</p> <p>5) Reconhecimento de testemunhos edificadas de épocas e linguagens arquitetônicas diferentes, expressos notadamente nas fachadas voltadas para a via pública, e seu papel no emolduramento do Terreiro de Jesus.</p> <p>6) Reconhecimento das manifestações culturais de natureza imaterial resultantes da multiculturalidade associada à contribuição histórica de diferentes grupos étnicos, tais como: a passagem do desfile em comemoração ao 2 de Julho, as procissões religiosas (São Francisco Xavier e Santa Bárbara) durante a Semana Santa, o carnaval, as festas juninas e as apresentações de grupos de capoeira.</p> <p>7) Reconhecimento da dimensão simbólica, identitária e funcional dos espaços públicos, em especial o Terreiro de Jesus.</p> <p>8) Valor histórico, urbanístico e paisagístico do Terreiro de Jesus para o centro histórico e zona central de Salvador como um dos poucos remanescentes de aldeamento jesuítico e posterior praça arborizada e ajardinada e seu chafariz.</p>	<p>1) Conflito entre o potencial de fortalecimento dos usos residencial e de hospedagem na subárea e o atual uso dos espaços públicos com atividades vinculadas a apresentações musicais, eventos e outras que demandam instalações temporárias e/ou produzem um alto nível de ruído e acúmulo de lixo.</p> <p>2) Conflito entre a possibilidade de percepção visual mais desimpedida das fachadas do casario entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho e a prática de exibição de mercadorias e engenhos publicitários nas calçadas e sobre as fachadas. Sobre a questão da padronização dos engenhos publicitários e a proibição da exibição de mercadoria sobre as fachadas, o IPHAN-BA tem a Nota Técnica 05/2013 que, apesar de alguns furos e não ser específica para o CHS, usamos e funciona relativamente bem -> precisa de revisão e atualização para incorporação às Normativas ou transformação em portaria independente. A fiscalização disso é trabalho hercúleo, desgastante e inócuo sem a Prefeitura junto -> mais um problema de gestão que de normatização.</p> <p>3) Conflito entre o uso da praça como espaço público e o trânsito de triciclos turísticos (tipo tuk-tuk), oferecendo riscos aos transeuntes, especialmente crianças e pessoas com dificuldade de locomoção, e comprometendo a conservação da pavimentação.</p> <p>4) Se retirarmos a descrição detalhada do mobiliário atual da praça no campo atributos, então cabe fazer uma anotação aqui do problema da mistura de muitos tipos de lixeiras etc.</p>	<p>1) Preservação rigorosa da malha viária que estrutura o setor desde o século XVI, incorporadas as transformações implementadas nos séculos XIX e XX (calçadas, novo grade, meios-fios, etc.), assim como aquelas do século XXI julgadas de qualidade e relativas à acessibilidade de pessoas com problemas de mobilidade, incluindo a atual configuração do Terreiro de Jesus.</p> <p>2) Conservação das características históricas e paisagísticas das praças e largos, tais como o caráter seco ou vegetado, dimensões, mobiliário histórico, monumentos e elementos artísticos, quando existentes.</p> <p>3) Preservação e valorização do Terreiro de Jesus enquanto praça arborizada e ajardinada dos séculos XIX e XX voltada para o uso público, com o tratamento do mobiliário, pavimentação e vegetação adequados aos aspectos históricos e morfológicos do setor.</p> <p>4) Embutimento de fiação e definição da forma e tamanho de postes e demais elementos da iluminação pública de modo adequado à morfologia do Terreiro de Jesus.</p> <p>5) Regulamentação específica da exibição de engenhos publicitários e mercadorias nos espaços públicos e vias do setor, notadamente entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho.</p> <p>6) Regulamentação, em conjunto com os órgãos de gestão pública municipal e/ou estadual, dos eventos musicais, culturais e celebrações nos espaços públicos do setor, que incluem o Terreiro de Jesus, com monitoramento dos impactos que causam nas edificações, na vida dos moradores do entorno imediato e na infraestrutura urbana.</p> <p>7) Preservação rigorosa das características do projeto do paisagista Roberto Burle Marx, notadamente os materiais e a paginação do piso em pedra portuguesa, o modelo e a localização dos bancos, a disposição e o porte das espécies vegetais, o canteiro central e as visadas para a Catedral Basílica de Salvador, além do chafariz em ferro.</p>



LARGOS E PRAÇAS	ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	VALORES IDENTIFICADOS	PROBLEMAS	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO
<p>LARGO DO CRUZEIRO DE SÃO FRANCISCO</p>	<p>1) Breve histórico do espaço: o largo se localiza na área de expansão Norte da cidade planejada de Salvador, já estando delimitado no século XVII, vinculado ao conjunto religioso franciscano. Também já foi denominado de Praça Anchieta. Ao longo da história, consolidou-se como praça seca, destacando-se a presença do imponente cruzeiro em pedra característico da Ordem Franciscana, a exemplo de outros conjuntos análogos em cidades brasileiras onde os franciscanos se instalaram. Delimitado por vias que separam o logradouro do Terreiro de Jesus (Oeste) e da Igreja de São Francisco (Leste), o largo manteve-se contíguo às edificações que o delimitam em suas laterais (Norte e Sul), com sua pavimentação em pedra irregular. Entre 1986 e 1990, foram construídos no largo duas passarelas em granito propostas pela arquiteta Lina Bo Bardi. Estas foram integradas à Rota Acessível do Pelourinho, executada entre 2012 e 2013.</p> <p>2) Caracterização atual do espaço: largo retangular, com leve declive no sentido do Conjunto Franciscano, com 1.825,00 m² de área e 242,98 m de perímetro. O largo é circundado por sobrados ocupados por estabelecimentos comerciais e serviços, com presença moderada de publicidade, Convento e Igreja de São Francisco, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Preserva seu caráter de praça eminentemente seca com vegetação pontual em jardineiras móveis localizadas na frente dos estabelecimentos e nas ruas de São Francisco e da Oração, destacando-se o Cruzeiro de São Francisco como elemento central e histórico. O largo possui pavimentação em pedra irregular e passarelas em granito para acessibilidade, mobiliário não permanente (cadeiras, mesas, sombreros e placas publicitárias temporariamente instaladas pelos comerciantes e um tablado temporário), 3 lixeiras plásticas azuis fixadas em hastes (padrão PMS), 4 refletores de piso, circundando o Cruzeiro, placas de sinalização, 17 fradinhos em concreto pintados de branco, sendo 7 localizados na Rua da Oração, 2 na Rua Gregório de Mattos e 8 na Rua de São Francisco, e 3 hidrantes em ferro. Não há bancos permanentes no largo, de modo que as pessoas utilizam os assentos dos estabelecimentos ou os bancos do Terreiro de Jesus. O largo é utilizado por transeuntes, turistas, visitantes locais, usuários e funcionários do comércio formal e presença pontual de vendedores ambulantes nas bordas do largo (próximos ao Conjunto Franciscano e ao Terreiro de Jesus). Encontra-se em estado geral de conservação regular.</p>	<p>1) Reconhecimento do valor histórico e paisagístico relativo à condição de capital durante a maior parte do período colonial.</p> <p>2) Reconhecimento do significado histórico do traçado viário da cidade.</p> <p>3) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial, bem como as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX.</p> <p>4) Reconhecimento de edificações de valor histórico e artístico (Convento e Igreja de São Francisco, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Igreja e Casa da Ordem Terceira de São Domingos, Catedral Basílica de Salvador e Igreja de São Pedro dos Clérigos).</p> <p>5) Reconhecimento de testemunhos edificados de épocas e linguagens arquitetônicas diferentes, expressos notadamente nas fachadas voltadas para a via pública, e seu papel no emolduramento do Largo do Cruzeiro de São Francisco.</p> <p>6) Reconhecimento das manifestações culturais de natureza imaterial resultantes da multiculturalidade associada à contribuição histórica de diferentes grupos étnicos, tais como: a procissão do fogaréu.</p> <p>7) Reconhecimento da dimensão simbólica, identitária e funcional dos espaços públicos, em especial o Largo do Cruzeiro de São Francisco.</p> <p>8) Valor histórico, urbanístico e paisagístico do Largo do Cruzeiro de São Francisco para o centro histórico e zona central de Salvador como um dos remanescentes de praça "seca" e seu cruzeiro.</p>	<p>1) Conflito entre o potencial de fortalecimento dos usos residencial e de hospedagem na subárea e o atual uso dos espaços públicos com atividades vinculadas a apresentações musicais, eventos e outras que demandam instalações temporárias e/ou produzem um alto nível de ruído e acúmulo de lixo.</p> <p>2) Conflito entre a possibilidade de percepção mais desimpedida das fachadas do casario entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho e a prática de exibição de mercadorias e engenhos publicitários nas calçadas e sobre as fachadas.</p> <p>3) Tendência de segmentação e privatização do largo enquanto espaço público pela utilização de divisórias e/ou guarda-corpos que delimitam áreas apropriadas pelos estabelecimentos comerciais e de serviços e comprometem a livre circulação de pessoas.</p>	<p>1) Preservação rigorosa da malha viária que estrutura o setor desde o século XVI, incorporadas as transformações implementadas nos séculos XIX e XX (calçadas, meios-fios, etc.), incluindo a atual configuração do Largo do Cruzeiro de São Francisco, bem como valorização das alterações implantadas no século XXI relativas à acessibilidade de pessoas com problemas de mobilidade.</p> <p>2) Conservação das características históricas e paisagísticas das praças e largos, tais como o caráter seco ou vegetado, dimensões, mobiliário histórico, monumentos e elementos artísticos, quando existentes.</p> <p>3) Preservação e valorização do Largo do Cruzeiro de São Francisco enquanto praça seca desde o século XVI voltada para o uso público, com o tratamento do mobiliário e pavimentação adequados aos aspectos históricos e morfológicos do setor.</p> <p>4) Embutimento de fiação e definição da forma e tamanho de postes e demais elementos da iluminação pública de modo adequado ao Largo do Cruzeiro de São Francisco.</p> <p>5) Regulamentação específica da exibição de engenhos publicitários e mercadorias nos espaços públicos e vias do setor, notadamente entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho.</p> <p>6) Regulamentação, em conjunto com os órgãos de gestão pública municipal e/ou estadual, dos eventos musicais, culturais e celebrações nos espaços públicos do setor, que incluem o Largo do Cruzeiro de São Francisco, com monitoramento dos impactos que causam nas edificações e na infraestrutura urbana.</p>



LARGOS E PRAÇAS	ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	VALORES IDENTIFICADOS	PROBLEMAS	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO
<p>PRAÇA DA SÉ</p>	<p>1) Breve histórico do espaço: a praça se localiza na área de expansão Norte da cidade planejada de Salvador, já estando delimitada no final do século XVI, vinculada à Igreja da Sé. Também já foi denominada de Largo do Arcebispo, Praça de 24 de Agosto e Largo da Sé. O espaço da praça originou-se da demolição, a partir de 1933, da Igreja da Sé e de dois quarteirões, ocupando os terrenos resultantes, vias e o adro da Sé (Praça Dona Isabel). Desde sua origem, o logradouro se configurou a partir da existência de dois espaços contíguos: a praça propriamente dita e um mirante para a Cidade Baixa e Baía de Todos os Santos. No mirante, estruturou-se um belvedere nos anos 1940, com sorveteria, bares e lanchonetes, que passou por fases de degradação e abandono. A praça funcionou como terminal de transportes (bondes, lotações e ônibus) por quatro décadas, de modo que seu desenho, com canteiros, árvores, bancos, postes e baias, foi sendo redefinido de acordo com essas funções. Em 1982, foi transformada num grande calçadão, juntamente com o tratamento da pavimentação das ruas adjacentes. Entre 1991 e 1998, voltou a funcionar como terminal de ônibus e foram instalados módulos de comércio na área do belvedere. Em 1998, a praça foi objeto de uma grande reforma, que introduziu um projeto de exibição dos remanescentes arqueológicos da antiga Sé, bancos, árvores, fonte luminosa e sonora, uma estátua de Tomé de Souza (trasladada para a Praça Municipal) e um novo agenciamento do belvedere com a instalação da Cruz Caída.</p> <p>2) Caracterização atual do espaço: hoje a praça integra um logradouro composto por duas áreas distintas que foram reconfiguradas ao longo do tempo, principalmente no século XX, resultando num espaço de 6.814,61 m² e 477,00 m de perímetro. Essa área abarca a Praça da Sé propriamente dita e o trecho do belvedere, que se encontra em cota topográfica inferior e confere ao logradouro a característica de mirante com amplo descortino para a Baía de Todos os Santos. A praça propriamente dita e o belvedere correspondem a uma área regular, em forma de "L" invertido, plana, circundada por sobrados em que funcionam atividades comerciais, com publicidade moderada, Palácio Arquiepiscopal, Museu de Energia da Coelba, antigo Cine Excelsior, Museu da Misericórdia, além da lateral da Catedral Basílica de Salvador. Preserva seu caráter de praça arborizada, com árvores dispostas em dois renques paralelos, jardineiras em concreto e, na área do belvedere, uma árvore junto ao Memorial das Baianas e palmeiras pontuais, destacando-se, visualmente, a massa vegetal presente nos lotes vizinhos e na encosta. O logradouro possui pavimentação em placas de pedra granítica em tons amarelado, acinzentado e avermelhado, placas em cimento e chapas em grelha e chapas maciças metálicas sobre as escavações arqueológicas, 6 rampas de acessibilidade, 28 bancos, sendo 26 retangulares em granito avermelhado e 2 cilíndricos em concreto revestidos de chapas de aço inox e assentos em granito, 9 lixeiras, sendo 8 plásticas azuis (padrão PMS) e 1 Limpurb, busto em bronze de D. Pedro Fernandes Sardinha (1944), estátua em bronze de Zumbi dos Palmares (2008), escultura da Cruz Caída, estátua figurativa de baiana de acarajé, próxima ao Memorial das Baianas, 22 postes metálicos, dos quais 14 possuem refletores, 37 refletores de piso, 1 fonte luminosa e sonora, placas de sinalização, 8 estruturas cilíndricas em concreto para marcação dos limites da antiga Igreja da Sé, funcionando como balizadores, 1 hidrante em ferro, mureta em granito delimitando o mirante da praça na área da encosta, guarda-corpos em aço inox nas áreas de exposição arqueológica e 26 barracas metálicas azuis (para venda de bebidas, comidas, artesanato e outros gêneros populares). A praça é utilizada por transeuntes, turistas e visitantes locais consumindo comidas e bebidas, capoeiristas, artistas populares (realizando performances de estátuas vivas), vendedores ambulantes, baianas, pessoas em situação de rua. Encontra-se em estado geral de conservação regular.</p>	<p>1) Reconhecimento do valor histórico relativo à condição de capital durante a maior parte do período colonial.</p> <p>2) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial, bem como as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX.</p> <p>3) Reconhecimento de edificações de valor histórico e artístico (Catedral Basílica de Salvador, Palácio Arquiepiscopal, Museu da Santa Casa de Misericórdia, o Cine Excelsior).</p> <p>4) Reconhecimento de testemunhos edificados de épocas e linguagens arquitetônicas diferentes, expressos notadamente nas fachadas voltadas para a via pública, e seu papel no emolduramento da Praça da Sé.</p> <p>5) Reconhecimento da relação visual Cidade Baixa/Cidade Alta como elemento significativo para a leitura do frontispício da cidade de Salvador, a partir da Praça da Sé, que se configura como mirante.</p> <p>6) Reconhecimento das manifestações culturais de natureza imaterial resultantes da multiculturalidade associada à contribuição histórica de diferentes grupos étnicos, tais como: a passagem do desfile em comemoração ao 2 de julho e as procissões religiosas (São Francisco Xavier e Santa Bárbara) durante a Semana Santa, apresentação de grupos de capoeira.</p> <p>7) Importância da Praça da Sé como espaço público, com destaque para sua massa arbórea.</p> <p>8) Reconhecimento do potencial da Praça da Sé como espaço livre de dimensões expressivas na subárea onde se localiza caracterizada pela alta densidade construtiva e pouca permeabilidade do solo.</p> <p>9) Reconhecimento da dimensão simbólica, identitária e funcional dos espaços públicos, em especial a Praça da Sé.</p>	<p>1) Conflito entre o equacionamento das demandas por transporte/mobilidade e a preservação de remanescentes históricos nas diferentes intervenções de remodelação urbana do setor.</p> <p>2) Conflito entre o potencial de atração de atividades e de articulação com outros setores do centro histórico e da cidade e a dificuldade de provisão de transporte público.</p> <p>3) Localização sensível com possibilidade de novas intervenções impactarem significativamente a composição paisagística e a visualização do frontispício da cidade.</p> <p>4) Insuficiência da manutenção física dos pisos, vasos e projeto de exibição de remanescentes arqueológicos.</p> <p>5) Falta de padronização das placas de sinalização (informações históricas).</p> <p>6) Conflito entre o uso da praça como espaço público e o trânsito de triciclos turísticos (tipo tuk-tuk), oferecendo riscos aos transeuntes, especialmente crianças e pessoas com dificuldade de locomoção, e comprometendo a conservação da pavimentação.</p> <p>7) Conflito entre o potencial da Praça da Sé para o provimento de demandas de lazer da população residente nos setores 3 e 4 e as atividades turísticas nesse trecho do centro histórico, em detrimento do fortalecimento dos usos habitacionais.</p> <p>8) Ausência de ordenamento adequado, grande concentração e reduzida qualidade arquitetônica das barracas comerciais existentes na Praça da Sé e seus impactos sobre a leitura paisagística do conjunto arquitetônico.</p> <p>9) Reduzida qualidade arquitetônica do Memorial das Baianas, a despeito da sua importância simbólica e do seu programa relevante para a valorização da memória cultural de Salvador, em razão dos seus aspectos construtivos e da sua implantação.</p>	<p>1) Conservação das características paisagísticas das praças e largos, tais como o caráter seco ou vegetado, dimensões, mobiliário histórico, monumentos e elementos artísticos, quando existentes.</p> <p>2) Fortalecimento e incentivo à preservação do caráter institucional e cultural da Praça da Sé e imediações, visando minimizar os usos e as atividades turísticas e seus efeitos sobre o logradouro.</p> <p>3) Preservação e valorização da Praça da Sé enquanto praça arborizada do século XX voltada para o uso público, com o tratamento do mobiliário, pavimentação e vegetação adequados ao seu potencial como mirante privilegiado para a Baía de Todos os Santos e Cidade Baixa e aos aspectos históricos e morfológicos do setor.</p> <p>4) Embutimento de fiação e definição da forma e tamanho de postes e demais elementos da iluminação pública de modo adequado à Praça da Sé.</p> <p>5) Regulamentação das instalações físicas (abrigos, barracas, estandes, marquises, coberturas e congêneres) utilizadas para atividades comerciais realizadas na Praça da Sé.</p> <p>6) Requalificação do Memorial das Baianas, visando à melhoria da sua arquitetura, suas qualidade construtiva e sua ambientação no paisagem da Praça da Sé.</p>